

124 Governo ainda gasta mal

JORNAL DO BRASIL — Na última reunião, o consenso que houve foi que o déficit público estava fora de controle. Depois disso houve uma reunião ministerial para tratar do assunto e o governo anunciou um programa de 14 itens de combate ao déficit. A solução está encaminhada?

Rogério Werneck — Não. E neste contexto é preocupante a declaração recente do Bresser de que o déficit público não é importante porque não causa inflação. Esta é uma discussão totalmente extemporânea e o diagnóstico dele nunca foi este. No começo do período Bresser, o governo estava fazendo uma avaliação absolutamente correta do problema brasileiro, de que havia um problema básico de financiamento da economia e que qualquer plano de retomada desse crescimento envolvia equacionar o problema da queda da capacidade de poupança do setor público. E esse impasse só se resolveria com a redução do déficit público, eventualmente até a eliminação do déficit, para que o Estado voltasse a ser um arregimentador de poupança e um financiador importante do crescimento econômico. Com base neste diagnóstico o governo fez o Plano Macroeconômico que se poderia criticar mas que prometia progredir nesse sentido.

Francisco Lopes — E continua honrando essa promessa.

Werneck — Mas agora o Bresser começou a desvalorizar esta meta e eu acho isto preocupante. Pouco ou nada se fez no sentido de aumentar a capacidade de poupança do setor público, envolvendo redução de gastos ou aumento de despesas. Houve uma correção de preços públicos importante no mês de junho, associada a um corte de dispêndios com o fim do subsídio ao trigo. Mas agora o governo está caindo numa armadilha complicada e está havendo uma resistência política enorme ao aumento da receita. O governo hoje não pode aumentar impostos simplesmente porque ele não corta despesas.

Lopes — Espera aí. Você está sendo injusto. É claro que o governo está cortando em áreas difíceis de cortar, que é exatamente a drenagem do déficit dos Estados e Municípios, a segunda grande pressão sobre o déficit. O governo está fazendo um esforço para cobrir metas. A afirmação do ministro precisa ser entendida. Sabemos que existe uma relação mecânica automática entre os dois fenômenos, mas boa parte da opinião pública vive mistificada achando que tudo o que acontece de errado no país é culpa do déficit. Isto é muito conveniente. Na semana passada, o ministro se reuniu com o Ministério e fez um corte que é realmente sério.

Cesar Maia — Pelo amor de Deus! Nos últimos cinco anos o governo do Rio de Janeiro teve autorização para rolar 15 milhões de títulos. Agora teve 45 milhões

de títulos. Todos os Estados tiveram uma antecipação de receita como nunca na história. O governo realizou uma reunião ministerial e dos 14 pontos que aprovou, 12 são meramente discursivos.

Lopes — Ao contrário. Os cortes são sérios. Tanto são sérios que a maioria dos governadores está reclamando. É claro que precisa ser feito com cuidado porque os estados estão em situação financeira delicada. No ano passado eles gastaram o que não podiam, contrataram além da conta. Mas o fato concreto é que o déficit dos Estados, que era 0,5% do PIB, pulou para 2% do PIB. Essa acomodação precisa ser feita, mas não toda ao mesmo tempo. Há progressos importantes na capacidade de controle do déficit como, por exemplo, o orçamento unificado.

Werneck — Orçamento sem vontade política não leva a nada.

Lopes — E vontade política se constrói!

Werneck — Não há responsabilidade fiscal a nível de governos dos Estados. É preciso se desmistificar a história de que gasto público é social. Veja-se por exemplo o aumento de emprego em atividades governamentais de 80 para cá. Foi uma barbaridade.

Paul Singer — Acho que a classe rica brasileira está usando um alibi, na sua recusa em contribuir mais para o necessário efetivamente que é a retomada do investimento e do crescimento de forma racional, a título de que tudo o que se paga em impostos é roubado ou desperdiçado.

Bacha — É preciso ver o que há por trás dos conflitos inerentes ao processo de aumentar a carga tributária, quando o setor público é clara e crescentemente ineficiente. No IBGE, por exemplo, existiam 11 mil funcionários em 1979 e agora há 15 mil pessoas e não me consta que o Instituto tenha aumentado sua oferta de serviços. Além desse problema, existem os déficits acumulados anteriormente. O ônus da dívida pública interna e externa é enorme. A dívida total do setor público é enorme.

Werneck — A dívida líquida do setor público, incluindo as estatais, é 50% do PIB.

Dionísio Dias Carneiro — Este governo precisa inovar. Inovar em matéria de reorganização da despesa pública, em relação à política monetária, e em relação à renegociação da dívida externa. O aumento da evasão fiscal deve estar brutal e será ainda maior se o governo tentar simplesmente aumentar alíquotas de imposto dentro do quadro de ilegitimidade das despesas públicas. O governo tinha uma imagem de péssimo gastador no fim do ciclo militar e essa imagem não mudou em nada. Ninguém acredita no corte da despesa pública quando se está cortando bolsas de estudos, congelando despesas que sequer foram aprovadas ou ameaçando parar processos que estão pela metade.